

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: Wamilton fernando da silva, brasileiro (a),
solteiro, avulso portador da Cédula de Identidade nº:
9804739, inscrito no CPF nº: 713.1423134417, residente e domiciliado
na Rua George Pinha de Melo, Nº 1101, Bairro, CS. Cosmos Centro Lima
na Cidade de Guimardes /PB.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Av. Dinamerica Alves Correia, 1020 - loja 02, Bairro: Dinamerica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274.**

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Entidade, autarquia ou Órgão na esfera Administrativa Estadual, Municipal e Federal ou Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 12 de junho de 20 19.

Wamilton fernando da silva
Outorgante/Declarante




UNION 9 0000 000000


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EC-7

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL



POLEGAR DIREITO



Assinatura do Titular

João Vinícius F. da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned by CamScanner



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	9.804.139
DATA DE EXPEDIÇÃO	27/09/2013
NOME	<< IVANILDO FERNANDO DA SILVA >>
FILIAÇÃO	<< JOSÉ LUIZ FERNANDO DA SILVA >> << IVONIZE PEREIRA DA SILVA >>
NATURALIDADE	TAQUARITINGA DO NORTE - PE
DATA DE NASCIMENTO	06/05/1995
DOC. ORIGEM	<< 0710190155 1999 1 00013 076
CPF	0012830 17 UMBUZEIRO-PB >>
Bel. Vândir de S. Carneiro Leão ASSINATURA DO DIRETOR 27/09/2013 LEI Nº 2.416 DE 29/08/83	
F-56 43.706 - 3032	

THOMAS GREG & SONS





**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



**Número
718.423.344-17**

**Nome
IVANILDO FERNANDO DA SILVA**

**Nascimento
06/05/1995**

**CÓDIGO DE CONTROLE
E33A.4799.1303.928A**



**Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:02:48 do dia 01/03/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Scanned by CamScanner



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : N° 003.578.563



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR 230 - KM 158 - Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

DADOS DO CLIENTE

MARIA IVONE DA SILVA SOUSA
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101
QUEIMADAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

4/169482-7

REFERÊNCIA

ABR/2019

APRESENTAÇÃO

24/04/2019

CONSUMO

71

VENCIMENTO

02/05/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 63,69

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 02957.450006 00099.793176 3 78770000006369				
Pagador: MARIA IVONE DA SILVA SOUSA CNPJ/CPF: 373.138.274-15				
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101 - CJ CASSIO LIMA - QUEIMADAS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
2957450000099793	000169482201904	02/05/2019	R\$ 63,69	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA BORBOREMA DISTRIB DE ENERGIA SA				08.826.596/0001-95
ROD BR 230 KM 158, 4799 - A SUDOESTE - TRES IRMAS - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 58423-700				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2057-5				



15/11/2018

HTCG-Painel Administrativo



GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1774833 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 15/11/2018
Boleim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Sidney Siqueira De Araujo Junior

PACIENTE: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

CEP: 58475000

Nascimento: 01/06/1995

Endereço: SAMU DE ALCANTIL

Sexo: M

Telefone:

Cidade: Queimadas

Idade: 023

Bairro: ZONA RURAL

Nome da Mãe:

RG:

Nº: 0

Responsável:

CPF:

Profissão:

Estado Civil:

Data de

CNS: 858959419441

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO

Acend: 15/11/2018

CONVÊNIO: SUS

Médico:

Hora: 18:16:22

Especialidade:

CRM:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)



OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal ferida =

DIGNOSTICO / CID:

%

Grau

{ } 1º Grau

{ } 2º Grau

{ } 3º Grau

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente com relato de colisão com x
moto e carro de 21. Trajado pelo SAMU de
Queimadas. Negam sangramento e inalação.
Dores e deformidade em coxa E.

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO:

PUPILAS: (X) Fotoreagentes (X) Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow

13

PA

HGT:

SatO2

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais

() Gasometria arterial

() Tomografia Computadorizada

() Ultrassonografia:

() Radiografias:

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista:

Ortopedia

às

Dia

Especialista:

/

às

Dia

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1	De 18.20	
2		
3		
4		
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

José Clementino
Enfermeiro
Crea PB 8408

projetohtcg/imp/urgencia.php?contar=1774833

1/2

Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 12/06/2019 14:16:51

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061214165117000000021326812

Número do documento: 19061214165117000000021326812

Num. 21960648 - Pág. 1

Ficha de Acolhimento

Nome: <u>Isidoro Fernando da Silva</u>	Bairro: <u>Quilombo</u>
End: <u>Trav. Gomes de Almeida</u>	
Data de Nascimento: <u>23/05/1985</u>	Documento de Identificação: <u></u>
Queixa: <u>acido mudo</u>	Data do Atend.: <u>15-11-18</u> Hora: <u>18:15</u> Documento: <u></u>
Acidente de trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	

Classificação de Risco

Nível de consciência: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto: <input type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Fáceis de dor <input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória: <u></u>	Frequência cardíaca: <u></u>
Pressão arterial: <u></u>	Temperatura axilar: <u></u>
Dosagem de HGT: <u></u>	Mucosas: <input type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida
Deambulação: <input type="checkbox"/> Livre <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca	

Estratificação

MOD. 110

Amarelo
☐ Vermelho - atendimento imediato
☐ Verde - atendimento até 4 horas

Amarelo
☐ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



DIAGNÓSTICO

FOILHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

P0 - Ex - 654008 (P)

Paciente	IVANILDO FERNANDES DE SILVA	Alojamento:	1	Leito	4	Convênio	
Data	09/11	Prescrição Médica		Horário		Evolução Médica	
	1. Dieta LIVRE					BEG, SÍTIL, SI INTERCORRÊNCIAS	
	2. SRL 1500ml EV/24h					cd VPM + Alta Hospitalar	
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h						
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h						
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum						
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0.9% EV 8/8h SN						
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN						
	8. Clexane 40mg SC/dia						
	9. SSV + CCGG						
D3	10. Levocetuxel 750 mg EV 24/24h						

Assinado eletronicamente por:
IVANILDO FERNANDES DE SILVA
CRM RJ 654008

Assinado eletronicamente por:
IVANILDO FERNANDES DE SILVA
CRM RJ 654008

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

PO Ex FEMEA E

Paciente IVANILDA FERNANDES DA SILVA Alojamento 1 Leito 4 Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
28/11	1 DIETA LIVRE		ORTOPEDIA
	2 SRI 1500ML EV 24H		
	4 DIFIRONA 1G EV 6/6H		
	5 TILATIL 20mg + AD - EV 12/12h		
	6 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SE DOR		
	7 NAUSEDRON 1 FA + AD EV 8/8H SN		
	8 CLEXANE 40 UI-SC 1X/DIA		
	9 OMEPRAZOL 40MG EV JEJUM, Diga VO		
	10 SSAY + COGG		
D2	11 LEVOFLOXACINA 750mg EV 24/24h		
	12. RETIRAR DRENO		

Dr. Sebastião Costa
Ortopedia e Traumatologia
CRM 0523

Dr. Sebastião Costa
Ortopedia e Traumatologia
CRM 0523





CONTROLE CIRÚRGICO

Rua Capitão José da Luz, 25 - Empresarial Joaquim Cardoso
Sala 801/802 - Coelhos - Recife/PE - CEP: 50.070-540
CNPJ: 26.296.089/0001-79

0116

Paciente:

Hospital:

Médico:

Data da Cirurgia:

Procedimento:

Prontuário:

Convênio:

Estrumentadora:

Circulante:

Materials Utilizados

Quant.	Nomeclatura	Código
01	PLACA 10 FURROS DCP LARGA	
01	PARAFUSO LÓDICOAL	Nº 26
03	"	Nº 28
02	"	Nº 30
01	"	Nº 32
01	"	Nº 36

Recife,

de

de 20

Circulante

Médico Responsável



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HUECC		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES			ENFERMARIA	LEITO	Nº FOLHA																																														
FOLHA DE ANESTESIA		NOME: <u>Wenildo F. da Silva</u>			IDADE	SEXO	CCN																																														
DATA: <u>07-11-18</u>	PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA																																															
TEO SANGÜÍNEO	HEMOGLOBINA	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	OUTROS																																															
URINA																																																					
AP. RESPIRATÓRIO					ASMA																																																
AP. CIRCULATÓRIO					ELETROCARDIOGRAMA																																																
AP. DIGESTIVO			DENTES	PESSOÇO	AP. URMÁRIO																																																
ESTADO MENTAL			ADINAÇÃO	CORTICOIDES	ALERGIA																																																
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO					HIPOTENSÕES																																																
					ESTADO RISCO																																																
					RISCO																																																
ANESTESIAS ANTERIORES																																																					
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTESIA					APLICADA	AE	EFETOS																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>AGENTES ANESTÉSICOS</th> <th>Q</th> <th>INDUÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="3">LÍQUIDOS</td> <td></td> <td>Satisf.: _____ Excit.: _____ Tóxico: _____</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Laringo espasmo: _____ Lentes: _____</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Náuseas: _____ Vômitos: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Outros: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>MANUTENÇÃO</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>ANESTESIA SATISF.: Sim _____ Não _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Não, por quê? _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>DESPERTAR</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Reflexos no SO: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Distú.: _____ O₂: _____ Excit.: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Náuseas: _____ Vômitos: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Outros: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Com cânula: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Para o Leito 5m: _____ Não _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>CONDIÇÕES:</td> </tr> </tbody> </table>								AGENTES ANESTÉSICOS	Q	INDUÇÃO	LÍQUIDOS		Satisf.: _____ Excit.: _____ Tóxico: _____		Laringo espasmo: _____ Lentes: _____		Náuseas: _____ Vômitos: _____			Outros: _____			MANUTENÇÃO			ANESTESIA SATISF.: Sim _____ Não _____			Não, por quê? _____			DESPERTAR			Reflexos no SO: _____			Distú.: _____ O ₂ : _____ Excit.: _____			Náuseas: _____ Vômitos: _____			Outros: _____			Com cânula: _____			Para o Leito 5m: _____ Não _____			CONDIÇÕES:
AGENTES ANESTÉSICOS	Q	INDUÇÃO																																																			
LÍQUIDOS		Satisf.: _____ Excit.: _____ Tóxico: _____																																																			
		Laringo espasmo: _____ Lentes: _____																																																			
		Náuseas: _____ Vômitos: _____																																																			
		Outros: _____																																																			
		MANUTENÇÃO																																																			
		ANESTESIA SATISF.: Sim _____ Não _____																																																			
		Não, por quê? _____																																																			
		DESPERTAR																																																			
		Reflexos no SO: _____																																																			
		Distú.: _____ O ₂ : _____ Excit.: _____																																																			
		Náuseas: _____ Vômitos: _____																																																			
		Outros: _____																																																			
		Com cânula: _____																																																			
		Para o Leito 5m: _____ Não _____																																																			
		CONDIÇÕES:																																																			
CÓDIGOS		UP - ARTERIAL O - PULSO - G - RESPIRAÇÃO AX - ANESTESIA - O - OPERAÇÃO																																																			
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES																																																					
POSIÇÃO																																																					
AGENTES		Hera-Ling + Dimoryl + Propofol + Fentanyl - S20mg																																																			
TÉCNICA		Rápida																																																			
OPERAÇÃO		Troc. Oes - Troc. Dimoryl																																																			
CIRURGIAS		Gastro-estom.																																																			
ANESTESIAS		Wenildo F. da Silva																																																			
OBSERVAÇÕES																																																					
ANOTAR, NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS E PÓS-OPERATÓRIAS.					PERDA SANGÜÍNEA																																																

FOLHA DE ANESTESIA - 3RFB



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: <u>Arnaldo Fernandes da Silva DN: 01/06/1995</u>					
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
	<u>Sala 02</u>	<u>SUS</u>	<u>23 anos</u>	<u>17.14833</u>	
CIRURGIA: <u>C de fratura MIE</u>			CIRURGIÃO: <u>Dr. Euler + Dr. Julio</u>		
ANESTESIA: <u>Raqui</u>			ANESTESIA: <u>Dr. Wandrley</u>		
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
		<u>27/11/18</u>	<u>15:45</u>	<u>17:00h</u>	
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Colostomia	Qtd.	FIOS
			Cat. pr. Olig.		Catgut cromado Serlix
<u>04</u>	Adrenalina amp.		Cat. De Urinar Sist. Fech.		Catgut cromado Serlix
	Atropina amp.		Compressa Grande ***		Catgut cromado Serlix
<u>01</u>	Diazepam amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples
	Dimora amp.		Cotonolde		Catgut Simples Serlix
	Dofantina amp.		Dreno <u>Succos 4.8</u>		Catgut Simples Serlix
	Efrane ml		Dreno Kerr n°		Catgut Simples Serlix
	Fenagran amp.		Dreno Penrose n°		Cera pl. ossa
	Fentanil ml		Dreno Pezzer n°		Ethibond
	Inova ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
<u>01</u>	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Megalina % ml		Equipo de Sangue		Fio de Agulhão Serlix
	Nubain amp.		Equipo de PVC		Fio de Agulhão Serlix
<u>01</u>	<u>Raqui amp. Panamin</u>		Esparadrazo Largo cm		Fio de Agulhão Sulapak
	Proligina amp.		Furacin ml		Fio de Agulhão Sulapak
	Protóxido /m		Gase Pacote n° 10 unidades		Fila catilaca
	Quelcid ml		H.O. ml		Monorylon <u>2.0***</u>
	Rapifen amp.		Intracath Adulto		Monorylon
	Thionemural ml		Intracath Infantil		Prolene Serlix
	Tracium amp.		Lâmina de Bisturi n° 24*		Prolene Serlix
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi n° 11		Prolene Serlix
<u>02</u>	Água Destilada amp. **		Lâmina de Bisturi n° 15		Prolene Serlix
	Decadron amp.		Luvas 7.0		Vicryl Serlix <u>2.0***</u>
	Dipirona amp.		Luvas 7.5		Vicryl Serlix
	Flaxido amp.		Luvas 8.0		Vicryl Serlix
	Flebocortid amp.		Luvas 8.5		
	Geramicina amp.		Oxigênio /m		
	Glicos amp.		Poliflix		
	Glucose de Cálcio amp.		PVPi Cegerrante ml		
	Hesmacol ml		PVPi Tópico ml		
	Heparina ml		Sabão Antisséptico	Qtd.	SOROS
	Kanakion amp.		Saco coletor		3E Normotérmico fr 500 ml *
	Lasix amp.		Seringa desc. 10 ml. *		3C Gelado fr 500 ml
	Medrotilazol		Seringa desc. 20 ml		3C Hipertérmico fr 500 ml
	Plasil amp.		Seringa desc. 05 ml *		3G Ringr fr 500 ml
	Prolarina		Sonda		3G fr 500 ml
	Ravivah amp.		Sonda Foley		SF pl. procedimento **
	Stuplanon amp.		Sonda Nasogálica	Qtd.	ORTESE E PRÓTESE
	Cefalotina Ig		Sonda Urétril n°		<u>MMA 2</u>
<u>02</u>	<u>Capipina</u>		Steridram ml		<u>01 PLACA LARGA 10 pinos</u>
			Tomeirina		<u>10 parafusos CORTICAIS</u>
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml		
	Agulha desc. 25 x 7		Celcon 18		
	Agulha desc. 28 x 26		Látex		
	Agulha desc. 3 x 4,5		<u>05 Agulhas</u>		
<u>01</u>	Agulha pl. aque n° <u>26</u>		<u>05 guia condutor</u>		
<u>05</u>	Alcool de Enfermagem <u>70%</u>		<u>02 Agulhas ortopédicas</u>		
	Alcool Iodado ml				
<u>02</u>	Ataduras de Crepon <u>30</u>				
	Ataduras de Gessarda				
	Azul metileno amp.				
	Benzina ml				

GOVERNO DA PARAIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DA PARAIBA

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

EQUIPAMENTOS

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Oxímetro de Pulso | <input type="checkbox"/> Foco Auxiliar |
| <input type="checkbox"/> Sarra | <input checked="" type="checkbox"/> Eletrocautério |
| <input type="checkbox"/> Desfibrilador | <input type="checkbox"/> Oxímetro |
| <input type="checkbox"/> Foco Frontal | <input type="checkbox"/> Cardiomonitor |
| <input checked="" type="checkbox"/> Fonte de Luz | <input checked="" type="checkbox"/> Perfurador Elétrico |

Maria Jacilene A. de Oliveira
TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RÉGISTRO Nº 128.921-1
COREN-PA Nº 128.921-1

10/01/2019



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

F_x fehlen \bar{U}

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Fernando Fernandes da Silva	14		
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
27.11.28	1. Dieta livre após RPA 2. SRL 1500ml EV/24h 3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8. Clexane 40mg SC/dia SUSP 9. SSVV + CCGG 10. Amoxicilina 750 ml w 24/24h	<div style="text-align: center;">X X X X X X X X X X</div>	POI sem intercorrências CD: VPM + Rx de controle 1 5 Dr. Euler Fabrício A. Cruz MR ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA CRM-PB 9907
	<div style="text-align: center;">↓ 12</div> Dr. Euler Fabrício A. Cruz MR ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA CRM-PB 9907		





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU - 192

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Senhor Ivanildo Fernando da Silva, Nascido em 06/05/1995, portador do Registro Civil nº 12.830. Residente no Município de Queimadas. Vítima de um acidente, colisão de moto com carro na BR 104, no dia 15/11/2018. O mesmo foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, do município de Alcantil para o Hospital de Trauma em Campina Grande.

Alcantil, 14/12/2018.

Josineide Maria de Macêdo Capibaribe

Coordenadora do SAMU 192

Josineide Mª de M. Capibaribe
Coordenadora do SAMU
Matrícula: 5407788-3





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
11ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS/PB



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial a Pasta de Ocorrências nº01/19, o registro nº85/19, cujo teor na íntegra está transcrito: Aos VINTE E UM dias do mês de MARÇO do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Queimadas, Estado da Paraíba e na DEPOL LOCAL, presente a Autoridade Policial, **Belª. DIANNI REGINA DE B. SILVA**, comigo, Escrivão (ã) de Polícia de seu cargo, ao final assinado (a) e declarado (a), aí, por volta das 09:24 horas, compareceu (o) a Senhor (a) **IVANILDO FERNANDO DA SILVA**, brasileiro, com 23 anos, reciclador, natural de Taquaritinga do Norte/PE, rg: 9.804.139 SSP/PB, nascido em 06/05/1995, em união estável, sem instrução, filho de José Luiz Fernando da Silva e de Ivonize Pereira da Silva, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, Queimadas/PB, o qual depois de cientificado das penalidades cominadas no art. 299 do CPB vimos notificar o **SEGUINTE**: *QUE no dia 15/11/2018, por volta das 17:00 horas, conduzia a sua motocicleta HONGA CG 125 FAN (placa MFF 1354/SC, de cor preta, ano de fabricação 2008, chassi 9C2JC30708R172043), Pela BR104, sentido Alcantil-Queimadas/PB, quando ainda no trecho pertencente a Alcantil, quando um veículo Corsa, modelo novo, saiu de uma estrada vicinal e adentrou repentinamente na pista de rolamento a frente do declarante; QUE o declarante não conseguiu evitar uma colisão; QUE colidiu a sua motocicleta com o veículo e caiu no acostamento; QUE o motorista do veículo Corsa ficou no local por alguns instantes, inclusive pediu ajuda a outros condutores de veículo que ali passavam; QUE o declarante foi socorrido pelo Samu e encaminhado ao Hospital de Trauma de Campina Grande/PB; QUE o declarante sofreu uma fratura no fêmur esquerdo; QUE o declarante foi submetido a uma cirurgia; QUE o declarante se encontra fazendo fisioterapia; QUE o motorista causador do acidente mandou por três vezes cestas básicas para a casa do declarante; QUE o declarante não sabe informar quem é o motorista, apenas soube que nome é ROBSON e nada mais; QUE o declarante veio comunicar o fato para que possa acionar o Seguro Dpvt; QUE apresenta como suas testemunhas as seguintes pessoas: MARIA LUZINETE DA SILVA, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, nesta cidade; e DANIELA FERNANDES DA SILVA, residente na Rua George Penha de Melo, 1101, Cássio C. Lima, nesta cidade. Era o que tinha a Certificar. Eu Thomas J. Nunes Farias, escrivão que o digitei, dato e assino.*

Queimadas - PB, 21 de MARÇO de 2019

Declarante/noticiante:

IVANILDO FERNANDO DA SILVA
IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Escrivão (ã):

THOMAS J. NUNES FARIAS
THOMAS J. NUNES FARIAS




Histórico de movimento



Visualizando histórico do sinistro: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Data Cadastrado	Ação	Comentários	Usuário
29/05/2019 às 08:08:22	 Cancelado	Devolvido em 2019-05-29 - Sinistro cancelado tendo em vista tratar-se de vítima/beneficiária proprietária inadimplente, não havendo direito a indenização pelo Seguro DPVAT conforme Resolução CNSP 332/15.	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:37	 Em andamento / seguradora	Enviado à Seguradora em 2019-05-22	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:18	 Recebido na LIFE	Recebido em: 2019-05-22 Documentos do sinistro: Outros: Recebido -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:33:14	 Recebido na LIFE	Recebido em: 2019-05-22 Documentos do sinistro: Outros: Recebido -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:32:41	 Enviado à LIFE	Enviado em: 2019-05-22 SINISTRO NOVO Documentos do sinistro: Boletim de Ocorrência: Enviado - Certidão de Casamento: Dispensado - Certidão de Inexistência de IMU: Enviado - Certidão de Nascimento: Dispensado - Comprovante de Ato declaratório: Enviado - Documentação Médico Hospitalar: Enviado - Documento de Identificação: Enviado - DUT: Dispensado - Laudo do IMU: Dispensado - Outros: Enviado - Documentos da vítima: Alvara Judicial: Dispensado - Autorização de Pagamento: Enviado - Comprovante de Residência: Enviado -	LIFE COR/J PESSOA PB
22/05/2019 às 11:32:16	Processo Cadastrado	Aviso de Sinistro registrado por: LIFE COR/J PESSOA PB Número Provisório: 3190337059 Dados da vítima Vítima: IVANILDO FERNANDO DA SILVA CPF: 718.423.344-17 Titular: O-POSSUI Data Nasc: 06/05/1995 Data Sinistro: 15/11/2018	LIFE COR/J PESSOA PB



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/06/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,41
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/06/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,41
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 098.7.19.00399/01
Nº do Processo:	Comarca: Queimadas	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/06/2019
Número da guia: 098.2019.600399 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/06/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.008,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,41
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.224,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 240509283182 520190630092 871900399019 			Valor final: R\$ 1.224,05





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 098.2019.600399

Data Vencimento: 30/06/2019

Data Emissão: 12/06/2019

Comarca: Queimadas

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.008,20

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.222,70

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801132-71.2019.8.15.0981

DESPACHO

Vistos etc.

O Superior Tribunal de Justiça, a propósito da concessão do benefício da gratuidade judicial, firmou entendimento no seguinte sentido: "(...) 1. *O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza. Pode o magistrado, contudo, quando houve dúvida acerca da veracidade das alegações do beneficiário, determinar-lhe que comprove seu estado de miserabilidade a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não desse benefício. Precedentes do STJ*" (REsp. n. 1.108.218/RS, Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 15.3.2010).

Essa orientação jurisprudencial restou consagrada no Código de Processo Civil de 2015. Embora o § 3º do art. 99 estabeleça presunção de veracidade na alegação de insuficiência de recursos formulada pela parte, o § 2º do mesmo artigo permite ao juiz condicionar o deferimento do benefício à comprovação pelo requerente de que preenche os respectivos pressupostos. Disposição, aliás, que se ajusta à norma da Constituição Federal (CF, art. 5º, LXXIV).

No caso, considerando as centenas de ações que foram distribuídas ou contestadas no foro com pedidos indiscriminados de gratuidade judicial, intime-se a parte autora para, em 05 dias, juntar aos autos algum comprovante de rendimento (holerite, declaração de renda ou outros) que evidencie seu estado de miserabilidade.

Por fim, não fora juntado aos autos comprovante de residência em nome do autor, não tendo este juízo como fixar a competência desta comarca para a propositura da presente ação.

Dessa forma, intime-se o requerente para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial juntado aos autos comprovante de residência em nome do autor, bem como documento de identificação, sob pena de extinção do feito sem exame do mérito.

- Intime-se.

Queimadas, data e assinatura eletrônica.

//





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO VIA SISTEMA

Pelo presente, fica(m) o(s) destinatário(s) intimado(s)/notificado(s) via sistema, do inteiro teor do(a) **despacho** vinculado(a) a este termo.

DESTINATÁRIO(S): ADVOGADO(A)(S).

Queimadas - PB, 27 de setembro de 2019.

De ordem, ANDREA ALMEIDA GUERRA.



Petição em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA 2ª VARA MISTA DE QUEIMADAS-PB

PROCESSO: 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor o que segue:

MM. Juiz, vem a parte autora juntar CTPS do querente, que corrobora que o mesmo encontra-se desempregado, e que sua família depende exclusivamente do bolsa família de sua companheira conforme documentos anexos, sendo assim não possui renda, desse modo não possui meios de arcar com as custas processuais, devido a prejudicar o seu próprio sustento e de sua família.

No tocante ao comprovante de residência, o mesmo não possui comprovante de residência em seu nome devido a morar em casa alugada e sem contrato de aluguel, o mesmo está verificando junto a fornecedora de energia a transferia do comprovante para o seu nome, assim que ocorrer, será juntando ao processo o comprovante de residência atualizado em seu nome, dessa forma requer dilação de prazo para juntada.

Insta ressaltar jurisprudência do Tribunal de Justiça, referente a processos idênticas onde paleteia-se a indenização do Seguro DPVAT, no tocante a concessão da Justiça gratuita:

ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento nº 0805070-44.2018.8.15.0000

Agravante: Anderson Xavier Azevedo

Agravada: DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS HÁBEIS. EXISTÊNCIA NA HIPÓTESE. REFORMA DA DECISÃO ATACADA. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Para a fruição dos benefícios da gratuidade judiciária por pessoa física, é necessária a declaração de que lhe faltam condições para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, nos termos do art. 98, do Código de Processo Civil, bem como a comprovação da hipossuficiência.



- Havendo nos autos, elementos capazes de ratificar a afirmação da parte postulante de que não possui condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais, deve ser concedida a gratuidade judiciária.

DECISÃO MONOCRÁTICA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0804461-61.2018.8.15.0000

RELATOR : Des. José Ricardo Porto

AGRAVANTE : Virgulino Firmino Neto

ADVOGADO : Inácio Bruno Sarmento (OAB/PB 21.472)

AGRAVADA : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

ADVOGADA : Janaína Melo Ribeiro Tomaz (OAB/PB 10.412)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PARA EVENTUAL COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXEGESE DO ART. 99, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. INDEFERIMENTO LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. ERRO DE PROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DO DECRETO JUDICIAL.

*- "§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, **devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.**"*

(Art. 99, §2º, CPC/2015) Destaquei!

Destarte a presente petição tem o escopo de instruir a presente demanda, requerendo a concessão da Justiça Gratuita, pois desta forma será feita a mais lúdima Justiça, requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, em 05 de Novembro de 2019

Inácio Bruno Sarmento
-Advogado-
OAB/PB 21472





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número **042096** Série **000095**

Francildo F. Sarmiento da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Vamir da Silva

Loc. Nasc.

Guaratinguetuba - SP

Data

06/05/95

Filiação

Jose Luiz Vamir da Silva

Doc. Nº

REN 12.830.510762 AR3

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em/...../..... Doc. Ident. Nº

Exp. em/...../..... Estado

Obs.:

Data Emissão

03/12/2012 SRTE

Antonio F. de Carvalho
Mat. 170.168-1

Assinatura do Funcionário



REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário

Registrado em / / como
..... sob
Nº Liv. Fls. Data
SRTE
Ass. do Funcionário



..... como
..... sob

ionário

... como
..... sob

onário

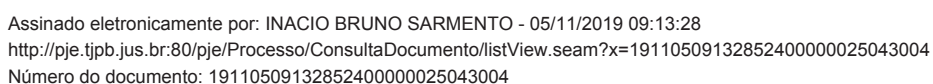
.. como
..... sob

nário

CARTEIRAS ANTERIORES

. como
..... sob

ário



CARTÃO BLOQUEADO
Para desbloqueá-lo, ligue:

0800-726-0207

A ligação é gratuita.

MARIA DO SOCORRO FERNANDES DA SILVA

20457052389 01





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME: **ISAUQUE ISRAEL FERNANDES DA SILVA**

CPF:

161.830.014-81

MATRÍCULA

0713160155 2019 1 00044 169 0036664 80

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

dezoito de agosto de dois mil e quinze

HORA DE NASCIMENTO

20:15

NATURALIDADE

DIA

17

MÊS

08

ANO

2015

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Queimadas-PB

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

Caruaru-PE

Hospital Jesus Nazareno - Caruaru-PE

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, naturalidade: Taquatinga do Norte-PE, residente e domiciliado: RUA GEORGE PENHA DE MELO, Nº 1101- CJ CASSIO C LIMA, CEP: 58475-000, Queimadas-PB, MARIA DO SOCORRO FERNANDES DA SILVA, naturalidade: Toritama-PE, residente e domiciliada: RUA GEORGE PENHA DE MELO, Nº 1101- CJ CASSIO C LIMA, CEP: 58475-000, Queimadas-PB.

AVÓS

Paterno(s): JOSÉ LUIZ FERNANDO DA SILVA e IVONIZE PEREIRA DA SILVA. Materno(s): ANTONIO FERNANDES DA SILVA e MARIA LUZINETE DA SILVA.

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

dezoito de janeiro de dois mil e dezoito (21/01/2019).

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

30693893542

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Obs: Registro lavrado em 21/01/2019, no livro A-00044, Nº 36964, folha 169. Inscrito (a) no CPF sob nº 161.830.014-81, conforme Inscrição Normativa RFB nº 1548/15.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
Queimadas - Paraíba
Maria de Jesus Macedo Vieira
Escriturante Compromissada

Cartório do Registro Civil
Maria do Socorro de Souza Rêgo Lucena
Queimadas-PB

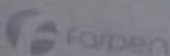
Rua César Ribeiro nº 58 Queimadas-PB - CEP 58475-000 Fone: 3382-1254
E-mail: cartorio.queimadas@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Queimadas-PB, 21 de Janeiro de 2019.

Maria de Jesus Macedo Vieira
Maria de Jesus Macedo Vieira
Escriturante Compromissada

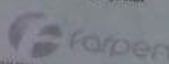
Selo Digital: AGH21238-G17R

Consulte a autenticidade em: <https://seledigital.tpb.jus.br>



Nº 755845 B

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO ANULA ESTE DOCUMENTO.



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS-PB**

Processos Nº. 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, já qualificada nos autos em epígrafe, ,
por seu advogado, que está subscreve, vem, respeitosamente, à presença de V.
Excelência, expor e requerer:

MM. Juiz, vem a parte autora juntar comprovante de residência em seu nome
conforme requerido.

Diante do exposto requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 27 de Novembro de 2019.

INACIO BRUNO SARMENTO
- Advogado - OAB/PB 21.472



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : N° 005.204.387



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Dep. Raimundo Asfora, 4799 - BR 230 - KM 158 - Três Irmãs
Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

DADOS DO CLIENTE

IVANILDO FERNANDO DA SILVA
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101
QUEIMADAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

4/286724-0

REFERÊNCIA

NOV/2019

APRESENTAÇÃO

25/11/2019

CONSUMO

100

VENCIMENTO

02/12/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 92,21

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 02957.450006 00520.588179 2 80910000009221				
Pagador: IVANILDO FERNANDO DA SILVA CNPJ/CPF: 718.423.344-17				
RUA GEORGE PENHA DE MELO 1101 - CJ CASSIO LIMA - QUEIMADAS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
29574500000520588	000286724201911	02/12/2019	R\$ 92,21	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA BORBOREMA DISTRIB DE ENERGIA SA				08.826.596/0001-95
AV DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA, 4799 - BR 230 KM 158 - TRES IRMAS - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 58423-700				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2057-5				





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801132-71.2019.8.15.0981

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, através de advogado habilitado nos autos, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT.

Dentre os documentos apresentados, a parte autora consignou no id. [21960645](#) documentação comprobatória da negativa da seguradora demandada, **fundada na inadimplência**.

No despacho de id. [22303058](#) foi determinada a emenda da inicial para colacionar aos autos **comprovante de residência em nome do autor, bem como documento de identificação**, o que foi feito nos ids. [25912863/26567814](#).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.

Ab initio, importa tecer comentários introdutórios acerca do fenômeno hermenêutico alcunhado de derrotabilidade da norma jurídica.

O vocábulo “derrotabilidade” se baseia no conceito pelo qual algo pode ser superável, episodicamente afastado em face de um caso em concreto, originando-se do termo em inglês *Defeasibility*.

Traçando um breve esboço histórico, observa-se que a teoria acima citada surgiu originalmente através da obra de Herbert Hart, jurfilósofo inglês, principal pensador do positivismo jurídico no Direito Anglo-saxão.

A tese da derrotabilidade da norma jurídica, pensada originalmente em uma perspectiva positivista, de aplicação somente aos estatutos legais, prega que, ao produzir lei nova, o parlamento não tem como precisar todas as exceções possíveis à norma criada e, para evitar manifestações de crise do sistema normativo, Hart estabelece ser possível o reconhecimento de exceções implícitas na aplicação da norma.

Com efeito, diante do impasse oriundo de uma situação de fato que represente contexto não pensado pelo legislador, a fim de evitar o *non liquet*, o intérprete pode afastar episodicamente a incidência de disposição normativa, superá-la, ou mesmo adaptá-la ao caso concreto, desde que de modo fundamentado e excepcional, a exemplo:

Quando o estudante aprende que no direito inglês há normas positivas para a existência de um contrato válido, ele ainda tem que aprender o que pode derrotar a reivindicação de que há um contrato válido, mesmo quando todas essas condições são satisfeitas [...] o estudante tem ainda que aprender o que pode seguir as palavras ‘a menos que’, as quais devem acompanhar a indicação dessas condições. (VASCONCELLOS, Fernando Andreoni. *O conceito de derrotabilidade normativa*. 2009. f. 132. Tese (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.47-48)

É bem verdade que a teoria da derrotabilidade foi pensada originalmente para um sistema jurídico visto sob a ótica do positivismo clássico, corrente jusfilosófica que considera norma jurídica de caráter geral apenas a Lei.

Contudo, vivemos no Brasil atual os impactos de uma perspectiva pós-positivista, na linha do que prega Paulo Bonavides, razão pela qual houve a ampliação do rol de fontes primárias do Direito, sendo que atualmente a *ratio decidendi* oriunda de precedentes judiciais detém clara eficácia normativa, admitindo tal ponto assevera Fredie Didier Jr.:

Considerando que a eficácia normativa do precedente judicial é hoje uma realidade inexorável no nosso sistema jurídico, bem como que, em um sistema de precedente, a motivação é a pedra de toque, núcleo mesmo – até porque é nela que está o precedente –, é imprescindível exigir maior qualidade na fundamentação dos atos decisórios. (DIDIER Jr., Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**. 15.



ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2018, v. 2, p.386.)

Considerando o novo paradigma narrado no parágrafo acima, é possível a aplicação da derrotabilidade da *ratio decidendi*, considerando que esta é o núcleo normativo do precedente, com aptidão à generalidade e abstração, desde que haja o reconhecimento posterior de exceção implícita não considerada na edição de tal norma, aplicando-se a cláusula implícita alcinhada por Hart de “a menos que”, o que é realizado mediante o mecanismo do *distinguishing*, previsto no art. 489, §1º, inc. VI, do CPC.

Fixada e premissa maior do presente raciocínio judicial, passo à análise do caso.

Ao compulsar os documentos anexos à petição inicial, notadamente o indicado no id. [21960645](#), observa este juízo que o motivo da negativa do pagamento da indenização pela seguradora demandada é a inadimplência no pagamento do prêmio por parte do demandante.

Não obstante a inadimplência, admitida pelo próprio demandante na inicial, este sustenta que tal fato não obsta a procedência da demanda, invocando para justificar sua afirmação o conteúdo do enunciado nº 257 da súmula do STJ, que por sua vez assim dispõe:

Súm. 257. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Não obstante o entendimento sumulado da Corte Cidadã, recentemente houve realização de importante *distinguishing* por parte da Ministra Maria Isabel Gallotti (Resp. Nº 1.834.424 – PR), no sentido de considerar que o enunciado de súmula acima apontado não deve se aplicar caso haja inadimplência do prêmio securitário pelo próprio beneficiário, pelas razões a seguir delineadas.

Com efeito, importa considerar que em sua Resolução nº 332/2015, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) dispõe em seu art. 17, §2º, que:

Art. 17, §2º. Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Seguros Privados, cumprindo com sua competência atribuída pelo §2º do art. 7º da Lei 6.194/74, definiu através da Resolução nº 273/2012, em seu art. 12, §7º que:

Art. 12, §7º. Fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Nesse sentido, nota-se que os órgãos reguladores da matéria são uníssomos no sentido de que **o proprietário inadimplente não pode ser o beneficiário da indenização, o que se dá em razão do enriquecimento sem causa derivado da *tu quoque***, não sendo possível admitir que o inadimplente tenha, ao violar norma jurídica que determina o pagamento obrigatório do prêmio, direito à indenização securitária.

Desta feita, não merece prosperar a tese da parte autora pela qual a inadimplência não obsta o direito à indenização securitária.

Fixado o entendimento quanto ao mérito da demanda, passa este juízo a verificar a **possibilidade de improcedência liminar do pedido.**

O art. 332 do CPC estabelece a possibilidade de julgamento liminar de mérito, desde que pela improcedência, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Nesse contexto, observa-se que o inciso I do citado dispositivo processual estabelece a possibilidade de improcedência liminar nos casos de contrariedade do afirmado na demanda a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

No presente caso observa-se que o *distinguishing* acima apontado revela-se como fenômeno hermenêutico de derrotabilidade da *ratio decidendi* sedimentada no enunciado nº 257 da súmula do STJ, pois reconhece uma exceção implícita não pensada na construção da norma oriunda dos precedentes que originaram a súmula, qual seja, o fato de a figura do inadimplente se confundir com a do beneficiário da indenização securitária.

Derrotando episodicamente o disposto no enunciado nº 257 da Súmula do STJ, entende este juízo que, para o presente caso, o referido enunciado deve ser interpretado com a seguinte cláusula implícita “a menos que o inadimplente seja o próprio beneficiário”, razão pela qual tal disposição integra o conteúdo da súmula, ainda que implicitamente, valendo salientar a diferença entre texto normativo e norma propriamente dita.

Por fim, ao considerar o consignado no parágrafo acima, entende este juízo que a hipótese prevista nos autos se amolda ao disposto no art. 332, inc. I, do CPC, que por sua vez autoriza o julgamento pela improcedência liminar do pedido.

Ex positis, com fundamento no arts. 331, IV, e 487, I do Código de Processo Civil, atento ao que mais consta dos autos e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, JULGO PELA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito.



Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários, o que resta suspenso em virtude do benefício da gratuidade judiciária, que ora defiro, nos termos do art. 98 §3º do CPC.

Após o trânsito em julgado desta decisão, intime-se a parte ré nos termos do art. 332, §2º, do CPC.

Ato contínuo, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição, independentemente de nova conclusão a este Juízo.

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimações necessárias.

Data e assinatura digitais.

/





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981

AUTOR: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO VIA SISTEMA

Pelo presente, fica(m) o(s) destinatário(s) intimado(s)/notificado(s) via sistema, do inteiro teor do(a) **sentença** vinculado(a) a este termo.

DESTINATÁRIO(S): ADVOGADO(A)(S).

INACIO BRUNO SARMENTO - OAB PB21472

Queimadas - PB, 15 de junho de 2020.

De ordem, ENRIQUE DE FARIAS MEIRA.



Apelação em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS - PB**

Processo nº: 0801132-71.2019.8.15.0981

IVANILDO FERNANDO DA SILVA, já qualificado nos autos da Ação de Indenização de Seguro DPVAT, processo em epígrafe, que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, também já qualificada nos autos, vem, por via de seu procurador que esta subscreve, não se conformando com a sentença proferida, interpor o presente:

RECURSO DE APELAÇÃO

Com base nos arts. 1.009 a 1.014, ambos do CPC/15, requerendo, na oportunidade, que o recorrido seja intimado para, querendo, ofereça as contrarrazões e, ato contínuo, sejam os autos, com as razões anexas, remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para os fins de mister.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 15 de Junho de 2020.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





RAZÕES RECURSAIS

Apelante: IVANILDO FERNANDO DA SILVA
Apelada: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A
Origem: 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS-PB
PROCESSO Nº: 0801132-71.2019.8.15.0981

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA CÂMARA

Eméritos Desembargadores,

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Cabe destacar a isenção do preparo em razão de o apelante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme dispõe a Lei 1060/50, conforme declaração de hipossuficiência financeira, devidamente concedida, acostada aos autos.

O presente recurso é próprio, tempestivo, o apelante é parte legítima, com interesse processual, devidamente representado, conforme se verifica, portanto, preenchido os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.

I I- BREVE SÍNTESE DO PROCESSO

O Recorrente propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da requerida objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito.

Foi deferido ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita.

A ação foi julgada improcedente, segue teor:

Fixado o entendimento quanto ao mérito da demanda, passa este juízo a verificar a **possibilidade de improcedência liminar do pedido**.

O art. 332 do CPC estabelece a possibilidade de julgamento liminar de mérito, desde que pela improcedência, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Nesse contexto, observa-se que o inciso I do citado dispositivo processual estabelece a possibilidade de improcedência liminar nos casos de contrariedade do afirmado na demanda a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



No presente caso observa-se que o *distinguishing* acima apontado revela-se como fenômeno hermenêutico de derrotabilidade da *ratio decidendi* sedimentada no enunciado nº 257 da súmula do STJ, pois reconhece uma exceção implícita não pensada na construção da norma oriunda dos precedentes que originaram a súmula, qual seja, o fato de a figura do inadimplente se confundir com a do beneficiário da indenização securitária.

Derrotando episodicamente o disposto no enunciado nº 257 da Súmula do STJ, entende este juízo que, para o presente caso, o referido enunciado deve ser interpretado com a seguinte cláusula implícita “a menos que o inadimplente seja o próprio beneficiário”, razão pela qual tal disposição integra o conteúdo da súmula, ainda que implicitamente, valendo salientar a diferença entre texto normativo e norma propriamente dita.

Por fim, ao considerar o consignado no parágrafo acima, entende este juízo que a hipótese prevista nos autos se amolda ao disposto no art. 332, inc. I, do CPC, que por sua vez autoriza o julgamento pela improcedência liminar do pedido. *Ex positis*, com fundamento no arts. 331, IV, e 487, I do Código de Processo Civil, atento ao que mais consta dos autos e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, JULGO PELA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários, o que resta suspenso em virtude do benefício da gratuidade judiciária, que ora defiro, nos termos do art. 98 §3º do CPC.

Breve é o relatório.

III – RAZÕES DA REFORMA

A r. Sentença proferida pelo juiz *a quo* na Ação de Indenização proposta pelo apelante em face do apelado, fere dispositivos legais da Lei nº 11.945/2009, bem como a Súmula 257/STJ.

Nobres julgadores, o colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a indenização do seguro obrigatório - DPVAT deve ser paga à vítima, ainda que inadimplente com o valor do respectivo prêmio.

É esse o entendimento que se extrai da Súmula nº 257/STJ:

"A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização."

Porém Insta ressaltar que o pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora no tocante a quitação do bilhete na data do acidente.

Diferente do que alega o juízo de primeiro grau, a legislação especial, em seu art. 5º determina que, " **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova**

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Portanto, verifica-se que razão não assiste à sentença do **juiz a quo** ao sustentar a inaplicabilidade deste verbete ao caso concreto sob o fundamento de que os órgãos reguladores da matéria são uníssonos no sentido de que o proprietário inadimplente não pode ser o beneficiário da indenização, e que tal súmula somente se aplicaria nos casos em que a vítima requerente da indenização fosse diferente do proprietário do veículo inadimplente.

Frisa-se que a jurisprudência não faz qualquer diferenciação, reconhecendo como devido o pagamento da indenização mesmo quando a vítima é o próprio proprietário inadimplente.

Nesse sentido é o entendimento deste Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINARES. CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMANDA AJUIZADA POSTERIORMENTE À FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. EXISTÊNCIA DE PRETENSÃO AUTURAL RESISTIDA COM A APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. REJEIÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA. QUALIDADE DE HERDEIROS DO FALECIDO DEVIDAMENTE COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE CASAMENTO OU DE OUTROS FILHOS. Direito dos AUTORES a indenização securitária. MÉRITO. SEGURO DPVAT. falecimento EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE. CERTIDÃO DE ÓBITO. COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. **INADIMPLÊNCIA DO PROPRIETÁRIO QUANTO AO PRÊMIO. IRRELEVÂNCIA. Súmula nº 257 do stj.** INDENIZAÇÃO DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. ÍNDICE QUE REFLETE A INFLAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. Ausência de EXCESSIVIDADE. MINORAÇÃO INDEVIDA. DESPROVIMENTO DO APELO. - Se a promovida contesta a ação e manifesta expressamente recusa ao pagamento do seguro DPVAT, resta configurada a resistência à pretensão e ao litígio entre as partes, não havendo necessidade de prévio requerimento administrativo. - A legitimidade dos autores para pleitear a totalidade da indenização restou devidamente demonstrada, eis que o segurado falecido era solteiro e não há provas de que tenha deixado (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00017637720138150231, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 19-02-2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INADIMPLÊNCIA DO PRÊMIO. SÚMULA 257 DO STJ. SITUAÇÃO QUE NÃO CONFIGURA RECUSA PARA ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. DESPROVIMENTO. Processo nº 0819838-06.2017.8.15.0001

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





Eventual inadimplência do prêmio do seguro DPVAT não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização, ainda que a vítima seja a proprietária do veículo, conforme Súmula 257, do STJ.

Diante do exposto, pugna-se pela reforma da r. Decisão, em face da aplicabilidade da sumula 257 do STJ e com base no entendimento desse Tribunal, intimando a parte contrária para apresentação de resposta, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete ao autor, para assim condenar-se a apelada nos exatos termos da lei.

IV – REQUERIMENTO

Em virtude do exposto, a Apelante requer que o presente recurso de apelação seja CONHECIDO e, quando de seu julgamento, seja totalmente PROVIDO para reformar a sentença recorrida, no sentido de acolher o pedido inicial, intimando a parte contrária para apresentação de resposta e determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete a apelante, por ser de inteira Justiça.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 15 de Junho 2020.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02, Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Queimadas

Processo nº 0801132-71.2019.8.15.0981
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

DESPACHO

Vistos, etc.

Cite-se a parte contrária, para, querendo, contra-arrazoar o recurso, em 15 (quinze) dias.
Após, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça deste Estado, observadas as formalidades de estilo.

QUEIMADAS - PB, data e assinatura eletrônica.

JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE MELO
Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS

Fórum Amarília Sales de Farias - Rua José Braz de França , SN, Centro, CEP 58475-000 – Fone
(83) 33921156, Email: qus.2vara@tjpb.jus.br

Nº do processo: 0801132-71.2019.8.15.0981

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: Nome: IVANILDO FERNANDO DA SILVA

Endereço: Rua George Penha de Melo, 1101, CJ Cássio Cunha Lima, QUEIMADAS - PB - CEP: 58475-000

RÉU: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Edifício Citibank_, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO
- RJ - CEP: 20011-904**

Queimadas - PB, em 15 de junho de 2020

MANDADO DE CITAÇÃO

(via sistema, nos termos do Ato da Presidência nº 91/2019)

De ordem do MM. Juiz de Direito desta 2ª Vara da Comarca de Queimadas – PB, pelo presente fica(m) o(s) promovido(s) **CITADO(S)**, por todos os atos do processo acima mencionado, e **INTIMADO(S)** para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

De ordem, ENRIQUE DE FARIAS MEIRA
Servidor

